

SUMÁRIO

Capítulo 1. Conceito de trabalho, evolução e o Direito do Trabalho	21
A escravidão	21
A servidão	21
As corporações de ofício	21
Momento posterior à revolução francesa	22
Do surgimento do Direito do Trabalho	22
Direito do Trabalho.....	23
Capítulo 2. Fontes do Direito do Trabalho. Direito Constitucional do Trabalho	24
Fontes materiais.....	24
Fontes formais	24
Fontes autônomas	24
Fontes heterônomas	25
Fontes principais	25
Fontes subsidiárias.....	25
As principais fontes formais do Direito do Trabalho	25
Constituição	25
Leis	28
Atos do Poder Executivo	29
Sentenças Normativas	29
Convenções e Acordos Coletivos.....	29
Regulamento da Empresa.....	29

Disposições Contratuais (Contratos de Trabalho)	30
Usos e Costumes	30
Normas Internacionais	30
Capítulo 3. Princípios do Direito do Trabalho	31
Princípios gerais aplicáveis ao Direito do Trabalho	31
Lealdade e boa-fé	31
Impossibilidade de alegação da própria torpeza	32
Princípio da autonomia da vontade	32
Princípio da obrigatoriedade das convenções	32
Princípio da razoabilidade.....	32
Princípios constitucionais aplicáveis ao Direito do Trabalho.....	33
Dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, III).....	33
Princípio da isonomia (CF, art. 7º, XXX, XXXI e XXXII).....	33
Irredutibilidade salarial (CF, art. 7º, VI)	33
Valores sociais do trabalho e valorização do trabalho humano (CF, art. 1º, IV, e art. 170).....	34
Busca do pleno emprego (CF, art. 170, VIII)	34
Princípios específicos do Direito do Trabalho	34
Princípio da proteção.....	34
<i>In dubio pro operario</i>	34
Da aplicação da norma mais favorável ao trabalhador (CF, art. 7º, <i>caput</i>)....	35
Da aplicação da condição mais benéfica ao trabalhador	36
Princípio da Irrenunciabilidade de Direitos.....	37
Princípio da continuidade da relação de emprego	37
Princípio da primazia da realidade sobre a forma	37
Princípio das presunções favoráveis ao empregado.....	38
Capítulo 4. Anotação da CTPS do Empregado	40
Obrigatoriedade de anotação da CTPS.....	40
Entrega da CTPS, anotação e acesso às informações	40
Anotações referentes à remuneração	41

Anotações desabonadoras da conduta	42
Presunção <i>juris tantum</i> das anotações	42
Anotações falsas na CTPS	42
Capítulo 5. Sujeitos do Contrato de Emprego: empregado e empregador	44
Empregado.....	44
Empregado — definição.....	44
Requisitos para a configuração do empregado	44
Local de prestação do serviço.....	45
Exclusividade.....	45
Espécies de empregados	46
Empregado aprendiz	46
Empregado doméstico.....	47
Empregado rural	48
Empregado público	48
Diretor de sociedade.....	48
Trabalhador temporário.....	48
Trabalhador autônomo	48
Trabalhador eventual	49
Trabalhador avulso.....	49
Estagiário.....	49
Trabalhador voluntário	51
Empregador	51
Empregador — conceito.....	51
Riscos da atividade	51
Pessoalidade do empregador	52
Obrigações trabalhistas da empresa sucedida.....	52
Acordos para retirar a responsabilidade do sucessor.....	52
Poderes do empregador	52
Sequência das punições.....	53
Grupo de empresas.....	53
Dono de obra residencial	53

Capítulo 6. Responsabilidade solidária de empresas. Sucessão de empresas	55
Sócio retirante — responsabilidade subsidiária	56
Responsabilidade solidária e responsabilidade subsidiária — o que são isso?	56
Retirada do sócio motivada por fraude	56
Sucessão de empregadores ou de empresas	56
Capítulo 7. Contrato individual de trabalho: conceito, requisitos, classificação	59
Conceito legal	59
Características do contrato de trabalho (de emprego).....	60
Livre estipulação das partes	61
Contrato de trabalho por prazo determinado.....	62
Contrato verbal. Condição essencial	62
Falência, concordata ou dissolução da empresa.....	62
Requisitos do contrato de emprego.....	63
Classificação do Contrato de Emprego.....	64
Quanto à manifestação da vontade	64
Quanto ao Tipo.....	64
Quanto à jornada.....	64
Quanto ao prazo.....	65
Capítulo 8. Contrato de Trabalho Intermitente	66
Conceito.....	66
Pode ser celebrado verbalmente?	66
O que deve conter nesse contrato?	66
Como ocorre a convocação do empregado?.....	67
Descumprimento do acordado	67
Prestação de serviço a outro empregador	67
Direitos iguais aos de um empregado com contrato normal	68
Vantagens para o empregador	68
Vantagens para o empregado.....	68
Situações em que esse tipo de trabalho é mais utilizado	68

Capítulo 9. Salário e Remuneração	70
Diferença entre salário e remuneração	70
Tipos de verbas que o empregado pode receber, além do salário.....	71
Utilidades que não são consideradas como salário	72
Exemplos de pagamento de salário em utilidades (salário in natura).....	73
Salário pago apenas em utilidade.....	73
Pagamento com bebidas alcoólicas e drogas nocivas	73
Veículos fornecidos pela Empresa	74
Moradia fornecida pela Empresa.....	74
Salário complessivo	74
Vale-refeição fornecido por força de contrato de trabalho.....	75
Salário pode ser pago em moeda estrangeira?	75
Qual o valor mínimo que um empregado pode receber de salário?	75
E o pagamento de salário exclusivamente à base de comissões e porcentagens? Pode?	76
Tipos Especiais de Salário.....	77
Adicional de insalubridade	77
Adicional de periculosidade.....	78
Direito ao recebimento do adicional de insalubridade ou de periculosidade	79
Adicional de transferência	80
Adicional por tempo de serviço.....	81
Adicional noturno	81
Salário-maternidade	82
Participação nos lucros ou resultados.....	83
Generalidades sobre o salário	84
 Capítulo 10. 13º Salário	 87
Conceito.....	87
Forma de pagamento.....	87
Perda do direito ao recebimento do 13º salário	88
Prescrição do FGTS.....	89
Legislação sobre o 13º salário	89

Capítulo 11. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	92
Depósitos em contas vinculadas.....	92
FGTS para pessoas que tiveram seus contratos anulados (sem concurso)....	93
Incidência do FGTS.....	93
FGTS sobre parcelas indenizatórias	93
Alíquota do FGTS.....	93
Prazo de pagamento do FGTS.....	94
Saques do FGTS.....	94
FGTS durante o serviço militar obrigatório e o acidente de trabalho após o 15º dia.....	97
Multa de 40% ou de 20% do FGTS	98
Competência para dirimir litígios.....	98
 Capítulo 12. Ponto 12 – Equiparação Salarial	 99
Conceito.....	99
O que deve ser igual: salário ou remuneração?.....	99
Ônus de provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial.....	99
Requisitos para a configuração da equiparação salarial	100
Trabalhadores readaptados.....	101
Discriminação por motivo de sexo ou etnia.....	102
Indicação de paradigma quando do ajuizamento da ação	102
Substituição durante férias, doença prolongada e licença maternidade	102
O que vem a ser desvio de função?	103
O que vem a ser o acúmulo de funções?.....	103
 Capítulo 13. Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho	 105
Características comuns à suspensão e à interrupção do contrato de trabalho.....	105
Diferenças entre suspensão e interrupção do contrato de trabalho	106
Situações especiais de interrupção e suspensão do contrato de trabalho....	106
Quadro resumo da suspensão e da interrupção do contrato de trabalho ...	107

Hipóteses legais de faltas justificadas	107
Penalidade aplicada pelo empregador	108
Empregado aposentado por invalidez.....	109
Suspensão do contrato para participação em programa de qualificação profissional.....	109
Suspensão do contrato de trabalho em função do estado de calamidade causado pela pandemia — MP n. 936/2020 — Lei n. 14.020/2020 — Decreto n. 10.422/2020	110
Capítulo 14. Alteração do contrato individual do trabalho	112
Alteração da jornada de trabalho e do salário	113
Pequenas modificações no contrato de trabalho	113
Recusa do empregado a determinadas mudanças no contrato de trabalho.....	114
Transferência do empregado para outra localidade	115
Redução proporcional da jornada de trabalho e salário em função do estado de calamidade causado pela pandemia — MP n. 936/2020 — Lei n. 14.020/2020 — Decreto n. 10.422/2020	116
Capítulo 15. Rescisão do contrato sem justa causa.....	118
Iniciativa do empregado (Pedido de Demissão).....	118
Iniciativa do empregador (Despedida ou Demissão)	119
Adicional de dias no aviso-prévio.....	121
Dispensas imotivadas individuais, plúrimas ou coletivas.....	122
Plano de Demissão Voluntária ou Incentivada.....	122
Culpa recíproca	122
Força maior	123
Rescisão por acordo entre empregado e empregador	125
Capítulo 16. Dispensa discriminatória (Lei n. 9.029/1995)	127
Configuração de crime	128
Sanções administrativas	129
Opções do empregado diante da dispensa discriminatória	129

Capítulo 17. Justas causas de despedida do empregado	130
Conceito de justa causa	130
Proporcionalidade entre o ato faltoso e a punição.....	130
Momento de aplicação da pena	130
Princípio do non bis in idem	131
Conexidade da falta praticada com o trabalho.....	131
Boletim de ocorrência	131
Registro na CTPS.....	131
Culpa recíproca	132
Ônus de provar a justa causa	132
Justa causa durante a suspensão do contrato	132
Verbas que serão pagas na demissão por justa causa.....	132
Justa causa durante o aviso-prévio.....	133
Hipóteses de justa causa	133
Outras hipóteses de justa causa do empregado	138
Capítulo 18. Rescisão indireta	141
Como se verifica a rescisão indireta?	141
O empregado pode continuar trabalhando?.....	141
Hipóteses de rescisão indireta.....	142
Serviços superiores às forças do empregado	142
Serviços defesos por lei	143
Serviços contrários aos bons costumes	143
Serviços alheios ao contrato de trabalho	143
Tratamento com rigor excessivo	143
Correr perigo manifesto de mal considerável.....	143
Não cumprir o empregador as obrigações do contrato.....	144
Prática de ato lesivo da honra e da fama	144
Ofensa física, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem	144
Redução do trabalho por peça ou tarefa.....	144
Outra hipótese de rescisão indireta.....	144
Julgamento da ação trabalhista	145

Capítulo 19. Estabilidade	146
Pedido de demissão do empregado estável	146
Contrato de trabalho por tempo determinado/Contrato de experiência.....	146
Sindicalista (Dirigente Sindical).....	147
Cipeiro (membro da CIPA).....	150
Gestante	154
Acidentado do trabalho com afastamento superior a 15 dias	155
Representante dos empregados	156
Estabilidade pré-aposentadoria	157
Generalidades sobre a estabilidade.....	157
Situações especiais de garantia de emprego, surgidas durante a pandemia da Covid	157
Capítulo 20. Aviso-prévio	159
Direito irrenunciável do empregado e pedido de dispensa de cumprimento	159
Aviso-prévio nos contratos de prazo determinado.....	160
Aviso-prévio na despedida indireta.....	160
Aviso-prévio nas demissões por justa causa.....	160
O aviso-prévio pode ser dado verbalmente?	161
Tempo mínimo do aviso-prévio.....	161
Contagem do aviso-prévio	161
Acréscimo de 3 dias a cada ano trabalhado	162
O empregado que faz jus a mais de 30 dias de aviso-prévio deve trabalhar durante todo esse tempo?.....	162
E se o prazo do aviso-prévio terminar em dia não útil?.....	162
Integração do aviso-prévio ao contrato de trabalho e baixa na CTPS.....	162
Falta de aviso-prévio por parte do empregador e por parte do empregado	163
Horário de trabalho reduzido durante o aviso-prévio dado pelo empregador.....	164
Troca da redução por falta ao trabalho	164
E se o empregador não permitir a redução do horário de trabalho e nem a falta?	164

Se o aviso-prévio já foi dado, é possível reconsiderar essa decisão?.....	165
O empregado pode ser demitido por justa causa, quando já estiver cumprindo aviso-prévio?.....	165
E se o empregado não for cumprir o aviso-prévio, cabe demissão por justa causa por abandono de emprego?	166
Estabilidade do sindicalista e do cipeiro ao longo do aviso-prévio	166
Aviso-prévio a quem esteja em gozo de estabilidade provisória.....	166
FGTS sobre aviso-prévio	166
Capítulo 21. Trabalho Extraordinário (Horas Extras)	167
Duração da jornada de trabalho	167
Bancário	167
Telefonista	168
Jornalistas	168
Professores	168
Jornada do advogado	168
Generalidades.....	169
Possibilidade de ficar mais tempo na empresa em atividades particulares, sem pagamento de horas extras.....	171
Compensação de jornada de trabalho.....	172
Regime 12x36.....	173
Casos de necessidade imperiosa — força maior / serviços inadiáveis.....	174
Regime parcial.....	175
Domésticos.....	176
Registro de entrada e saída — empresas com mais de 20 empregados.....	179
Microempresas e empresas de pequeno porte.....	180
Empregados excluídos do controle de jornada (e sem horas extras)	180
Jornada <i>in itinere</i>	181
Sobreaviso e BIP (ou celular).....	182
Capítulo 22. Trabalho noturno.....	184
Tempo de duração de uma hora noturna	184
Horário noturno para o trabalhador urbano.....	184

Horário noturno para o trabalhador rural	185
Horário noturno para o Advogado empregado	185
Pagamento com habitualidade.....	185
Capítulo 23. Turno ininterrupto de revezamento.....	187
Capítulo 24. Intervalos intrajornada e interjornada	190
Intervalo Intrajornada.....	190
Intervalo Interjornada.....	193
Capítulo 25. Disposições Especiais do Contrato Individual do Trabalho	194
Capítulo 26. Repouso Semanal Remunerado	195
Capítulo 27. Férias Normais e Férias Coletivas.....	199
Acréscimo de 1/3	199
Período aquisitivo	199
Influências das faltas não justificadas nas férias	200
Cômputo das férias como tempo de serviço.....	201
Férias indenizadas após a cessação do contrato de trabalho.....	201
Ausências não consideradas como falta para efeito de férias.....	201
Perda do direito às férias.....	203
Professores — permissão legal de faltas justificadas	204
Licença não remunerada	204
Período concessivo.....	204
Fracionamento das férias em até 3 vezes.....	204
Início das férias antes de feriado e repouso semanal.....	205
Aviso das férias ao empregado	205
Quem escolhe a data das férias?	205
Férias para os membros de uma mesma família	206
Férias do empregado estudante e menor	206
Férias não gozadas no período correto (concessivo)	206

Férias coletivas.....	207
Férias coletivas para o empregado estudante e menor	207
Venda das férias individuais e coletivas.....	207
Pagamento das férias.....	208
Licença-maternidade	208
Capítulo 28. Trabalho da mulher. Estabilidade da gestante.....	209
Capítulo 29. Home office e teletrabalho	215
Capítulo 30. Representação dos Empregados nas Empresas	218
Capítulo 31. Entes sindicais: sindicato, federação, confederação	221
Entes sindicais	222
Capítulo 32. Convenções Coletivas de Trabalho.....	225
CCT e ACT acima da Lei.....	225
Situações que não podem ser suprimidas ou reduzidas por ACT ou CCT	226
Necessidade de deliberação em assembleia.....	228
Recusa do sindicato em participar da assembleia.....	229
Ciência ao sindicato para que assuma a direção da negociação	230
Prevalência da norma coletiva sobre o contrato individual e entre ACT e CCT	231
Competência para resolver as controvérsias.....	231
Capítulo 33. Direito de greve e o <i>lockout</i>.....	232
Convocação de assembleia pelo sindicato.....	233
Direito dos grevistas	233
Demissão dos grevistas e contratação de substitutos	234
Contratação de trabalhador temporário para substituir grevista	234
Competência para decidir sobre a procedência da greve	234
Contratação de trabalhadores para substituir grevistas em atividades essenciais	234